

REDES DE APOIO E SUPORTES À ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Luciana Silva Torres Matsushita ¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados parciais da análise da produção científica brasileira sobre as redes de apoio e os suportes ao processo de escolarização da criança com deficiência. A investigação envolve pesquisa bibliográfica e análise documental, a partir do exame de legislação sobre inclusão social da pessoa com deficiência (PcD) e da busca e apreciação de artigos na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, em duas etapas. Os descritores utilizados na primeira etapa foram: redes de apoio, suportes, escolarização e deficiência, sendo selecionados artigos produzidos nos últimos cinco anos (2019-2023). Os descritores utilizados na segunda fase da pesquisa foram: intervenção precoce e educação e tecnologia assistiva e educação, sendo também selecionados artigos produzidos nos últimos cinco anos (2019-2023). Constatou-se um aumento significativo do número de publicações e o interesse maior pelas pesquisas sobre temáticas mais específicas relacionadas às redes de apoio e suportes à escolarização de crianças com deficiência. Como considerações finais, tem-se que existe uma longa agenda de pesquisas futuras para que se torne possível a construção de uma educação inclusiva, em que se garanta a autonomia e o protagonismo do estudante com deficiência. As redes de apoio à escolarização são essenciais neste processo, à medida que possibilitam o acesso aos diversos suportes materiais e imateriais, dentre eles aqueles especificamente relacionados à intervenção precoce e ao acesso à tecnologia assistiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Escolarização, Redes de Apoio, Suportes.

INTRODUÇÃO

O Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS, 2002) aponta que a educação constitui uma vantagem da humanidade para a conquista dos ideais de paz, justiça e liberdade, fazendo recuar a pobreza e a exclusão social, as opressões e a guerra. Os progressos nos conhecimentos devem promover o gênero humano e não a distinção. A educação é *um grito de amor* à infância e à juventude, que conta com o protagonismo dos professores. Este Relatório indica a necessidade de estímulo ao desenvolvimento de jovens para que sejam sensíveis ao imperativo de salvaguardarem o patrimônio cultural e natural da humanidade, o Patrimônio Mundial, ameaçados pela poluição, pobreza e as guerras.

Após 30 anos da Declaração de Salamanca (1994), sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, é inevitável pensar sobre a ideia de mensurar-se

¹ Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, RJ, luciana.matsushita@unirio.br.

os avanços da inclusão na educação pública brasileira e em avaliar-se o aumento no número de matrículas sob o período de influência deste marco internacional de inclusão na educação.

No entanto, pondera-se sobre algumas questões conceituais que sinalizam mudanças na concepção de inclusão e de deficiência no curso da história brasileira. O número de matrículas passa a não mais representar a inclusão diante de uma nova perspectiva fundamentada na trajetória escolar, em que também discutimos os significados de acesso e permanência, sucesso e fracasso escolar.

O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar particularidades da educação inclusiva de pessoas com deficiência a partir da análise da produção científica brasileira de artigos científicos produzidos nos últimos cinco anos (2019-23), considerando dois aspectos essenciais da escolarização de crianças que consistem nas redes de apoio e suportes.

METODOLOGIA

A investigação seguiu uma abordagem qualitativa em que envolveu a pesquisa bibliográfica e documental, a partir do exame de legislação sobre inclusão social da pessoa com deficiência (PcD) e a busca e apreciação de artigos na base de dados aberta do Portal de Periódicos da CAPES, realizada em duas etapas.

Os descritores utilizados na primeira fase da busca por artigos foram: redes de apoio, suportes, escolarização e deficiência, sendo selecionados aqueles produzidos nos últimos cinco anos (2019-2023). Na segunda etapa, os descritores utilizados foram: intervenção precoce e educação, tecnologia assistiva e educação, sendo considerado o mesmo período de cinco anos (2019-2023). A avaliação do conteúdo dos artigos deu-se por meio da análise de seus resumos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Declaração de Salamanca (1994) reacendeu o debate que já era prescrito na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). No entanto, foram 21 anos de debates, após Salamanca, para que a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) pudesse ser instituída. Estes 21 anos acompanharam o processo de democratização da política brasileira, a partir da atuação de três mandados de governo do Partido do Trabalhador (PT) e da participação popular que aqueceram o campo para a formulação de políticas públicas e ações afirmativas para a inclusão social da diversidade. O que significa ter deficiência na década de 90 e hoje, 30 anos após a Declaração de Salamanca (1994)?

Foucault (2010), avalia que a negligência e a precarização da educação consistem num projeto contínuo dentro de um obscuro jogo de poder, em que a biopolítica define as trajetórias e tipos de sucessos e fracassos atribuídos a corpos que “merecem” experienciá-los.

Já Bourdieu e Champagne (2001) apontam que após o período de democratização da educação na Europa, na década de 1950, ao que denominou de período de ilusão, os *marginalizados* perceberam que não era suficiente o acesso à educação para que se tivesse sucesso na inclusão social, em especial no mercado de trabalho, como fora uma das garantias na época elitista da educação. No entanto, houve também a percepção de que os fracassos escolares se deviam não apenas às deficiências pessoais, consideradas naturais dos excluídos, mas sim, a uma lógica transferida da responsabilidade pessoal, ou culpa da vítima, à lógica da responsabilidade coletiva, associada a fatores sociais causadores da carência de recursos na escola, incapacidade e incompetência dos professores, e a necessidade de reforma em um ambiente global deficiente.

A crise crônica da instituição escolar representa o lugar, e é a contrapartida dos ajustes imperceptíveis e muitas vezes inconscientes, das estruturas; com essas adaptações das disposições, as contradições acarretadas pelo acesso de novas camadas sociais ao ensino secundário (ou até universitário) podem ser resolvidas.
(BOURDIEU E CHAMPAGNE, 2001).

Nesta direção, Lobo (2008) apresenta o longo curso de história da escravização no Brasil, de cerca de quatro séculos, em que relaciona a pobreza e a deficiência apontando os efeitos deletérios desta fase que gravemente repercutem até os dias atuais. Lobo (2008) também tece a trajetória de institucionalização da deficiência no Brasil, apontando etapas que tiveram início com o cuidado e aperfeiçoaram-se com os novos mecanismos de ajuste social e resgate histórico, seja qual for a intensão dos donos do poder ou a potência dos movimentos populares pelos direitos de PcD.

Caminhando um pouco mais adiante, temos Mbembe (2018) que indica a existência de mais questões neste jogo que envolve o direito à vida e à cidadania, intensificando as desigualdades que afetam muito mais as minorias como as de pessoas negras e com deficiências. Surge o temo *necropolítica* em que se questiona se o Estado ainda possui licença para matar ou consentir a morte.

Em síntese, a macro e a micropolítica sinalizam a existência uma consolidada estrutura de racismo, capacitismo e de todas as formas de preconceito e discriminação fundamentadas

em aspectos materiais, numa lógica que se baseia na predominância da cultura visual que discrimina os corpos por suas aparências, desconsiderando a essência do espírito, ou consciência humana. Esta estrutura enfermeira também sustenta as redes de apoio e suportes gerados a partir de estratégias para a educação inclusiva, o que ocasiona constantes embates no cotidiano da vida e da escola.

As crianças e adolescentes que frequentam as escolas públicas regulares no Brasil pertencem, em sua maioria, a grupos empobrecidos, periféricos e negros (pretos e pardos). PcD que fazem parte da rede pública de ensino não são diferentes, podendo ter adquirido a deficiência a partir de motivos evitáveis, oriundos de condições de precariedade da assistência em saúde da gestação ao nascimento, mas também na infância e adolescência. A violência também corresponde a uma das causas da deficiência.

O Sistema Único de Saúde configura-se como o responsável pela oferta gratuita de tecnologia assistiva, assim como as tecnologias educacionais universais ou especializadas nas deficiências deveriam ser oferecidas nas escolas públicas regulares e especializadas. Também deveriam ser ofertados, gratuitamente e de modo acessível, suportes em intervenção precoce e serviços de habilitação e reabilitação, como: fonoaudiologia, fisioterapia, psicomotricidade, neuropsicologia, psicopedagogia, entre outros. (BRASIL, 2015).

A ausência ou precariedade na oferta destes serviços confirmam a teoria sobre a presença do preconceito e a discriminação estruturais na macropolítica e na micropolítica do cotidiano. Acredita-se que a revisão da literatura sobre redes de apoio e suportes para a escolarização de PcD pode indicar uma direção nas pesquisas brasileiras sobre a educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa da pesquisa foram localizados, após o descarte das duplicidades, quatro artigos científicos com o termo redes de apoio e sete trabalhos com a expressão suportes, todos relacionados com a escolarização de crianças com deficiência.

Nos artigos sobre as redes de apoio, quadro (1), identificou-se os temas: políticas municipais de inclusão e o profissional de apoio, estruturação da profissão de apoio pedagógico, famílias e parcerias, educação especial e no campo.

Nos artigos sobre os suportes para a escolarização, quadro (2), tem-se os temas: produção científica escolarização deficiência visual, perspectivas da família e da escola, judicialização da

educação inclusiva, modelos nacional e internacional de inclusão, trajetórias estudiantis, ensino de matemática na deficiência visual, modelos internacionais de inclusão.

Quadro 1) Artigos que abordam o tema: redes de apoio para a escolarização de PcD.

| N. | Título do artigo | Tema | Assunto | Autor | Revista | Ano |
|----|--|----------------|---|--|--|------|
| 1 | Famílias de crianças com deficiência e escola comum: necessidades dos familiares e construção de parceria. | Redes de apoio | Famílias e parcerias. | Dorca Soares de Lima Brito; Aline Maira da Silva. | Revista Eletrônica de Educação | 2019 |
| 2 | Políticas de inclusão escolar: quais direcionamentos para o apoio pedagógico no contexto brasileiro? | Redes de apoio | Políticas municipais de inclusão e o profissional de apoio. | Mônica Grazieli Marquet; Carla Maciel da Silva; Cláudio Roberto Baptista. | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação | 2022 |
| 3 | Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na educação especial. | Redes de apoio | Estruturação da profissão de apoio pedagógico. | Isabel Matos Nunes; Márcia Alessandra de Souza Fernandes. | Revista Espaço Pedagógico | 2022 |
| 4 | Inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola multisseriada do campo. | Redes de apoio | Educação especial no campo. | Juliano Bicker Pereira; Alexandro Braga Vieira; Renata Duarte Simões; Ricardo Tavares de Medeiros. | Revista Educação Especial | 2023 |

Fonte: A autora (2024).

Quadro 2) Artigos que abordam o tema: suportes para a escolarização de PcD.

| N. | Título do artigo | Tema | Assunto | Autor | Revista | Ano |
|----|--|----------|---|--|----------------------------|------|
| 1 | Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura. | Suportes | Produção científica escolarização deficiência visual. | Carla Beatris Valentini; Cláudia Alquati Bisol; Luani dos Santos Paim; Ana Paula Fachinnetto Ehlers. | Revista Educação Especial. | 2019 |
| 2 | Escolarização de alunos com deficiência intelectual: perspectivas da família e escola. | Suportes | Perspectivas da família e da escola. | Ana Paula Pacheco Moraes Maturana; Enicéia Gonçalves Mendes; Vera Lúcia Messias Fialho Capellini. | Revista Paidéia. | 2019 |

| | | | | | | |
|---|---|----------|---|---|---|------|
| 3 | Análise de solicitações ao ministério público sobre o direito das pessoas com deficiência à educação. | Suportes | Judicialização da educação inclusiva. | Larissa Gomes Ornelas Pedott; Carla Biancha Angelucci. | Revista Brasileira de Educação Especial. | 2020 |
| 4 | Estudo comparado internacional em educação especial: documentos normativos e orientadores no Brasil e no Canadá. | Suportes | Modelos nacional e internacional de inclusão. | Rosana C. Carla do Nascimento Givigi; Denise Meyrelles de Jesus. | Revista Interfaces da Educação. | 2021 |
| 5 | Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. | Suportes | Trajetórias estudantis. | Maria Cecília Alvim Guimarães; Adriana Araújo Pereira Borges. Adriana M. Valladão Novais Van Petten. | Revista Brasileira de Educação Especial. | 2021 |
| 6 | Vivências, Percepções e Concepções de Estudantes com Deficiência Visual nas Aulas de Matemática: os desafios subjacentes ao processo de inclusão escolar. | Suportes | Ensino de matemática na deficiência visual. | Fabio Garcia Bernardo. | Revista Bolema. | 2022 |
| 7 | Trajetórias formativas na escolarização de dois estudantes com deficiência visual. | Suportes | Trajetórias estudantis. | José Ricardo da Silva Ramos; Cleonice Almeida da Silva. | Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial. | 2022 |
| 8 | Análise de apoios Catalães para jovens adultos com deficiência intelectual e/ou autismo no contexto brasileiro. | Suportes | Modelos internacionais de inclusão. | Veronica Casagrande; Priscila Benitez; Patricia Zutiao; Daniela Ribeiro; Camila Domeniconi; Marta Gracia. | Revista Brasileira de Educação Especial. | 2024 |

Fonte: A autora (2024).

Por abordarem de assuntos mais interligados ao tema: redes de apoio à escolarização de PcD, destacam-se os trabalhos de Marquet, Silva e Baptista (2022) que identificam os eixos prioritários das políticas municipais de inclusão e, assim como Nunes e Fernandes (2022), indicam desafios da estruturação da profissão de apoio pedagógico. Aponta-se também a

pesquisa de Brito e Silva (2019) que definem as informações como principal necessidade e reivindicação dos familiares. Em relação aos artigos que tratam dos suportes para a escolarização da PcD, destacam-se o que aborda a judicialização da educação inclusiva, de Pedott e Angelucci.(2020), os que apresentam modelos internacionais de inclusão, de Givigi e Jesus (2021) e Casagrande *et all* (2024), e o que aponta as perspectivas da família e da escola, de Maturana, Mendes e Capellini (2019).

Além dos assuntos identificados nos artigos pesquisados, assinalam-se outras discussões, igualmente relevantes, quando se trata de redes de apoio e suportes a escolarização, como a democratização do acesso à tecnologia assistiva e à intervenção precoce. A democratização do acesso, bem como o investimento em pesquisa para o desenvolvimento de inovações em tecnologia assistiva, constituem importantes pautas nos debates sobre suportes para a escolarização e educação inclusiva. A intervenção precoce também corresponde a tema bastante relevante, visto que considera a ampliação dos suportes em educação e saúde destinados a atender às necessidades específicas da criança na etapa da vida essencial para o seu pleno desenvolvimento, ou seja, até os dois anos de idade.

Na primeira busca da segunda etapa, identificou-se 187 artigos sobre intervenção precoce e educação. Na segunda busca da segunda etapa, foram localizados 250 artigos sobre tecnologia assistiva e educação. Constatou-se um aumento significativo do número de publicações e o interesse maior pelas pesquisas menos universais e sobre temáticas mais específicas relacionadas às redes de apoio e suportes à escolarização de crianças com deficiência.

No entanto, pontuamos que os suportes não se limitam à tecnologia assistiva e à intervenção precoce, mas a um conjunto de recursos materiais e imateriais imprescindíveis para o atendimento das necessidades específicas da PcD e ainda mais necessários nas situações em que as interseccionalidades se apresentam, intensificando o cenário de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da PcD na educação demanda um conjunto de ações que envolvem mais do que apenas a escola., relacionam-se também às questões de acessibilidade, urbanística e arquitetônica, bem como de acesso à natureza, cultura, arte, esporte, lazer, religião e aos diversos grupos, comunidades e coletivos. Esta participação social contribui para a constituição de identidades individuais e coletivas e possibilita que os estudantes desenvolvam um repertório

de experiências que servem de amparo ao processo de ensino-aprendizagem, à medida que promovem a produção de sentidos na educação.

Conclui-se que existe uma infinidade de temas e abordagens em pesquisa acadêmica no campo da educação especial e inclusiva para que sejam acolhidos os desafios da escolarização de pessoas com deficiência. Do mesmo modo, também há a necessidade de políticas públicas e ações para que se realize o resgate histórico da trajetória de preconceito e discriminação sofridos pelas PcD no Brasil.

O conjunto de pequenas e grandes contribuições cooperam para que seja possível uma educação que contribua para a autonomia, o protagonismo e a inclusão de pessoas com deficiência, considerando suas necessidades específicas e a formação de redes de apoio e suportes na intersecção entre educação e saúde.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre e CHAMPANGNE, Patrick. *Os excluídos do interior*. BOURDIEU, Pierre *et all*. In: A miséria do mundo. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio J. De Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel, Guilherme J. de Freitas Teixeira, Jairo Veloso Vargas. 4ª. Ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.

BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

BRASIL, 2015. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2024.

DELORS, Jaques (coord). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. 7 ed. Revisada. São Paulo: Cortez, Brasília, DF, UNESCO, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

UNESCO, 1998. *Declaração de Salamanca*. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org>>

Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.